



CURRÍCULO E EDUCAÇÃO: TENSÕES NO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ESCOLAR

Luciano Scuisatto da Cruz (PIBIC/CNPq/Uem), Fagner Carniel (Orientador),
e-mail: fagnercarniel@yahoo.com.br.

Universidade Estadual de Maringá / Centro de Ciências Humanas Letras e
Artes/Maringá, PR.

Ciências Humanas/Sociologia

Palavras-chave:

Educação, Currículo, Escola.

Resumo:

O presente trabalho tem por finalidade apresentar uma análise do sistema educacional e do processo de produção do conhecimento no ambiente escolar, passando pelo debate da construção dos currículos, e da relação entre os saberes populares (subalternos) e os saberes científicos (legítimos). A intenção é refletir sobre as relações de poderes existente na construção dos currículos e debater as novas perspectivas de ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, a partir da lei 10.639/2003.

Introdução:

A educação formal, e principalmente a educação escolar, se desenvolve por meio da seleção de determinados saberes e aspectos culturais a serem repassados aos mais jovens. O efeito mais imediato desse processo costuma ser a reconstrução dos saberes sociais em dois polos dicotomizados: os saberes escolares e os saberes não-escolares; ou seja, aqueles dotados de legitimidade (acadêmica) e aqueles que tendem a ser excluído dos ensinamentos e dos programas escolares. (NOGUEIRA Apud FOURQUIN, 1992, pp. 31-2).



Este trabalho aborda o debate a cerca da formação dos currículos escolares, buscando analisar o processo de seleção de determinados aspectos históricos e culturais, que sistematizados e legitimados, são ensinados no ambiente escolar.

Esta pesquisa se demonstra significativa tendo em vista a necessidade de reflexão sobre as constantes tensões na construção dos conhecimentos escolares, e como diante de diversas disputas, os currículos escolares são construídos e reformulados. Objetiva-se com este trabalho contribuir com os estudos sobre currículo e cultura escolar, observando como a introdução dos conteúdos “História e cultura Afro-brasileira” no currículo formal das escolas pode significar uma nova perspectiva de construção de conhecimentos.

Materiais e métodos:

Esse estudo se baseou em uma pesquisa histórica e documental, com foco em documentos oficiais como (LDB), (PNE), tendo em vista, como estes têm organizado o conhecimento formal e direcionado os currículos educacionais. A partir da análise apresentadas pela “sociologia do currículo” se construiu um quadro teórico capaz de analisar a construção histórica dos currículos, e o processo que culminou com da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, a partir da lei 10.639/2003.

Resultados e Discussão:

A educação não é neutra. Tal afirmação se faz necessária para análise proposta, uma vez que os currículos se apresentam como elemento essencial na construção das instituições escolares, se tornaram o foco de análises da chamada “sociologia do currículo”, instituídas entre as décadas de 1960 e 1970, tal perspectiva de análise, apresentou elementos que colocavam em cheque a função e formação social proporcionada pelas instituições escolares, os conhecimentos e saberes selecionados e ensinados neste ambiente.

No processo educacional, diversas histórias acabam por serem excluídas, desrespeitadas e desvalorizadas, a instituição escolar brasileira, por meio dos currículos formais, durante muitos anos negligenciaram os elementos culturais oriundos das camadas populares.

Os currículos escolares se apresentam como o mecanismo onde esses aspectos culturais, os conhecimentos e saberes tidos como legítimos



encontrarão sustentação e bases para serem trabalhados, debatidos e repassados dentro das instituições escolares.

Neste processo, se evidencia uma instituição composta por duas dimensões, uma Institucional, que diz respeito a um conjunto de normas e regras que buscam “enquadrar” as ações dos sujeitos, e uma cotidiana, onde se apresenta uma complexa trama de relações entre os sujeitos envolvidos, um processo de apropriação dos espaços e dos currículos, repletas de estratégias, no qual, constantemente se apresenta a reprodução do velho e a possibilidade do novo. (DAYRELL, 2001, p.137).

Partindo deste princípio, podemos compreender os sistemas educacionais e propriamente os currículos, como fruto da construção humana, eles são produzidos, e não dados, por serem construídos historicamente, são suscetíveis as mudanças, intervenções e novas perspectivas, como se desenvolve no tempo histórico, possuem variadas facetas e conotações. Nele esta imbricado tanto os interesses hegemônicos quanto os subalternos. (MACEDO, 2003, p. 48)

É neste sentido que diversos movimentos sociais e principalmente o movimento negro vem travando suas principais lutas no contexto educacional, buscando e trabalhando para um currículo que contemple as diferentes identidades presentes nas escolas, o combate ao racismo e todas as formas de intolerância no ambiente escolar, uma vez que este é um espaço privilegiado de socialização e que acompanha grande parte da vida dos indivíduos.

A promulgação da Lei N°10639/2003, se apresenta com um avanço significativo para mudança dos paradigmas raciais no Brasil, ela estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, representando um marco jurídico na historia recente do Brasil, busca enfim efetivar os princípios de igualdade já estabelecidos na Constituição Brasileira de 1988, e é símbolo da mobilização e fruto de diversas lutas sociais.

Conclusões

A partir desta pesquisa, pode-se constatar que a escola representa um espaço de constantes lutas, do ponto de vista teórico e político, é nesta perspectiva que a educação dialoga entre o velho e o novo, a escola com suas normas e regras por vezes cumpre um papel de realce das desigualdades, ao mesmo tempo, por se tratar de uma instituição onde diferentes perspectivas estão em jogo, se evidencia a possibilidade de desestabilização, da construção do novo, é no currículo que serão postas as resistências, e possibilidade de mudança.

A promulgação da Lei N°10639/2003, se apresenta com uma avanço significativo para mudança dos paradigmas educacionais no Brasil, ela



estabelece a obrigatoriedade do ensino de história e cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, representando um marco jurídico na história recente do Brasil

Agradecimentos:

Agradecemos ao CNPq, Fundação Araucária e a UEM pelo apoio, ao meu orientador Fagner Carniel

Referências

BRASIL. **Lei nº10.639 de 09 de Janeiro de 2003.** Inclui a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” no currículo oficial da rede de ensino. Diário Oficial de União, Brasília, DF, 10 Jan.2003.

NOGUEIRA, Maria Alice. “**Escola e Cultura** – As Bases Sociais e Epistemológica do Conhecimento Escolar”. In: Educ.Rev., Belo Horizonte (18/19) p. 138 – 146, Dez. 1993/Jun.1994.

DAYRELL, Juarez. **A Escola como Espaço Sócio-Cultural.** In DAYRELL, Juarez (Org). Múltiplos Olhares sobre educação e Cultura. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MACEDEDO. **O Cenário de Exclusão Social – Uma tentativa de Desconstrução.** In: REIS, Ana Maria Bianchi (Org) Plantando Axé: Uma proposta pedagógica. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.